

Cáritas Diocesana de Coimbra

Política de Privacidade e Proteção de Dados

A Cáritas Diocesana de Coimbra tem consciência que a utilização de dados pessoais de pessoas singulares, requer confiança por parte de quem os cede, acreditando na necessidade de proteger a privacidade e garantir a segurança das informações pessoais colocadas à sua disponibilidade.

Desta forma, tem como principal objetivo, assegurar a proteção, confidencialidade e integridade dos dados pessoais que são objeto de tratamento, respeitando o objeto e as finalidades para os quais lhe são cedidos, de acordo com o regime legal da proteção de dados pessoais em vigor, concretamente o Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, doravante designado por RGPD.

Atento ao exposto, é pelo presente, aprovada e dada a conhecer a Política de Proteção de Dados e Privacidade da Cáritas Diocesana de Coimbra.

I. Identificação do Responsável pelo Tratamento de Dados:

A Cáritas Diocesana de Coimbra é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) e uma organização não governamental (ONG), na Diocese de Coimbra que presta apoio social e serviços, servindo as comunidades de 5 distritos da região Centro, nos âmbitos SOCIAL, SAÚDE, EDUCAÇÃO E PASTORAL.

A Cáritas Diocesana de Coimbra (doravante designada por CDC) na prossecução das suas atividades procede à recolha de dados pessoais e é responsável pelo seu tratamento.

Sede: Rua D. Francisco de Almeida, n.º 14, 3030-382 Coimbra

Telf: 239 792 430 (Sede) - Chamada para rede fixa nacional

email: caritas@caritascoimbra.pt

II. Encarregado de Proteção de dados:

Para garantir uma permanente conformidade das práticas internas em matéria de proteção de dados pessoais e assegurar, com eficiência, os direitos dos titulares dos dados, a CDC designou um Encarregado de Proteção de Dados/Data Protection Officer que desempenha um papel determinante na promoção de uma cultura de proteção de dados no seio da Instituição e contribui para dar cumprimento ao RGPD, tais como os princípios do tratamento

de dados, os direitos dos titulares de dados, os registos das atividades de tratamento, a segurança do tratamento e a notificação e comunicação de violações de dados.

O Encarregado de Proteção de Dados (EPD) ou Data Protection Officer (DPO) pode ser contactado através do e-mail dpo@caritascoimbra.pt.

III. Fundamento do Tratamento:

A Cáritas Diocesana de Coimbra trata dados pessoais exclusivamente para:

- Execução de contratos no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados;
- Defesa de interesses vitais do titular dos dados ou de outra pessoa singular;
- Cumprimento de obrigações jurídicas a que o responsável pelo tratamento está sujeito;
- Efeitos de interesses legítimos prosseguidos pelo responsável pelo tratamento ou por terceiros, exceto se prevalecerem os interesses ou direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais, em especial se o titular for uma criança e se o seu titular tiver dado o seu consentimento para tratamento para uma ou mais finalidades específicas.

IV. Operações de Tratamento de Dados Pessoais:

Dados pessoais são qualquer informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável.

Os titulares dos dados pessoais são as pessoas singulares a quem os dados pessoais respeitam, nomeadamente, utentes, trabalhadores, prestadores de serviços, colaboradores entre outros.

A Cáritas Diocesana de Coimbra poderá recolher e tratar diferentes categorias de dados pessoais tais como dados de identificação e de contacto, nomeadamente nome, morada, número de identificação fiscal, e-mail, contacto telefónico, data de nascimento, dados de saúde, financeiros e/ou patrimoniais, entre outros.

O tratamento de dados pessoais é realizado para diferentes finalidades:

Os dados pessoais recolhidos junto dos nossos utentes, clientes, trabalhadores, colaboradores, ou quaisquer outros, têm como única finalidade reunir as informações necessárias à prestação dos nossos serviços aos titulares dos dados e o desenvolvimento da nossa atividade, gestão administrativa, contabilística e fiscal, incluindo faturação e contabilidade; pagamentos; cumprimento de obrigações legais e resposta a pedidos de autoridade judiciais ou de outras autoridades públicas, cumprindo as obrigações legais e contratuais inerentes à nossa atividade.



O tratamento de dados pessoais é realizado exclusivamente para as finalidades suprarreferidas e apenas durante o período de tempo que se revele necessário ou obrigatório ao cumprimento dessas finalidades sendo os prazos de conservação determinados para cada finalidade e apropriados a cada tratamento em conformidade com as nossas obrigações legais.

Após o decurso do prazo de conservação, e desde que não estejamos obrigados, por imposição legal judicial ou administrativa, a proceder à sua conservação, eliminamos os dados pessoais ou procedermos à sua anonimização.

V. Finalidades do Tratamento de Dados Pessoais:

A finalidade do tratamento de dados pessoais é sempre de acordo com o consentimento prévio do titular dos dados e/ou com fundamento jurídico específico, nomeadamente:

- Prossecução dos objetivos e finalidades estatutários da CDC;
- Cumprimento de legislação em vigor e de todos os demais imperativos legais;
- Deveres legais de conservação e integridade de documentação;
- Realização de diligências pré-contratuais;
- Preparação de candidaturas e projetos;
- Cumprimento de contratos dos quais a CDC é parte;
- Cumprimento de projetos dos quais a CDC é beneficiária;
- Reporte e auditoria a projetos e atividades objeto de financiamento por recursos de natureza pública;
- Controlo e registo de uso de instalações e equipamentos;
- Segurança e integridade de instalações e equipamentos.

VI. Tratamento de Dados Pessoais:

O tratamento dos dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, consiste na operação ou no conjunto de operações realizadas, às quais os dados pessoais estão sujeitos, tais como:

- Recolha;
- Registo e conservação;
- Organização;
- Adaptação ou alteração;
- Consulta e utilização;
- Divulgação, independentemente da forma de disponibilização;
- Comparação ou interconexão;
- Limitação;

- Apagamento ou destruição.

VII. Sigilo e Confidencialidade:

Todos os nossos colaboradores têm o dever de confidencialidade e proteção da informação conforme o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), encontrando-se obrigados a guardar absoluto segredo sobre quaisquer informações ou conhecimentos de natureza pessoal, técnica, institucional, pedagógica ou outra, adquiridos, necessária ou involuntariamente, durante a relação laboral ou por causa desta, respeitantes à CDC ou a quaisquer outras pessoas, singulares ou coletivas, que com aquela se relacionem, nomeadamente, outros trabalhadores, utentes, clientes, familiares, colaboradores, salvo se previamente autorizados por escrito.

É ainda expressamente proibido quaisquer reproduções, cópias, modificações, comunicações públicas, distribuição ou qualquer outro tipo de cedência, gratuita ou onerosa, de quaisquer documentos, programas informáticos, publicações, informações contidas em bases de dados, ou qualquer outro material intelectual pertencente ou relativo à Instituição ou a qualquer terceiro que com esta se relacione, salvo se previamente autorizados por escrito.

VIII. Transmissão de Dados Pessoais a Terceiros e Intervenção de Subcontratantes:

A CDC, no decurso da sua atividade, poderá ter de transmitir dados pessoais que se encontrem na sua posse a terceiros, com vista ao cumprimento de deveres legais, regulamentares, pré-contratuais ou contratuais, ou quando tenha sido prestado o consentimento para esse efeito o que fará sempre dentro dos limites do legalmente determinado e sempre e quando seja indispensável à prossecução das suas atividades.

Nomeadamente, e para efeitos do presente, consideram-se como terceiros autoridades de natureza pública responsáveis por atribuições de controlo e auditoria, parceiros de atividades, projetos ou serviços.

Com vista às finalidades acima indicadas, podemos ter necessidade de recorrer a subcontratantes para efeitos do tratamento de dados pessoais e comunicar os dados pessoais a entidades subcontratantes envolvidas na execução contratual nomeadamente, Autoridade Tributária, Segurança Social, Contabilidade, Seguradoras, e quaisquer outras entidades legalmente obrigatórias à prestação dos nossos serviços.

No entanto, a transmissão de dados a terceiros é realizada de acordo com a legislação aplicável em matéria de proteção de dados e dentro dos limites das finalidades e fundamentos jurídicos.

A nossa preocupação com a garantia de sigilo e confidencialidade no tratamento dos dados pessoais abrange os nossos subcontratantes ou prestadores de serviços, aos quais



exigimos as garantias de tratamento de dados em conformidade e obediência às regras de tratamento decorrentes do RGPD.

IX. Garantias de Tratamento de Dados:

Pautamos toda a nossa atuação e estendemos aos terceiros e subcontratantes a mesma exigência, pelas seguintes regras de tratamento de dados:

i) Os dados pessoais serão tratados em obediência ao regime legal de tratamento de dados, à presente Política de Privacidade e com a garantia de um tratamento legal, leal e transparente;

ii) Os dados recolhidos são meramente instrumentais à nossa atividade, destinando-se a prosseguir uma finalidade determinada, específica e legítima, não tendo um tratamento posterior incompatível com estas finalidades;

iii) Recolhem apenas os dados considerados adequados, relevantes e necessários às finalidades da recolha e tratamento;

iv) Manteremos os seus dados exatos e atualizados sempre que necessário, sendo adotadas e disponibilizadas ao seu titular todas as medidas necessárias a garantir a sua exatidão permanente, nomeadamente o direito de retificação;

v) Tratamos e protegemos os seus dados de um eventual tratamento ilegal e não autorizado, prevenindo eventuais perdas, a sua destruição ou dano imprevisto, adotando todas as medidas técnicas e organizativas adequadas a um tratamento de dados que garanta a segurança, integridade e confidencialidade dos dados.

X. Compromisso de Proteção de Dados:

A CDC garante a implementação de todos os procedimentos formais e operacionais para a tutela dos dados pessoais objeto de tratamento, bem como para o registo corrente e atualizado de todas as atividades deste decorrentes.

Mais se compromete a realizar em tempo, o competente estudo prévio das ações necessárias ao tratamento de dados pessoais, em conformidade com o atual RGPD e eventuais alterações que este venha a sofrer.

A CDC encetará ainda os melhores esforços no sentido de garantir e manter em funcionamento todos os meios técnicos ao seu dispor para evitar a perda, má utilização, alteração, acesso não autorizado e apropriação indevida dos dados pessoais que lhe sejam facultados pelos seus titulares, sem prejuízo da falibilidade das medidas de segurança da Internet.

A CDC declina qualquer responsabilidade pelos danos sofridos pelos utilizadores e provocados ou não por terceiros, através do acesso ilegítimo a dados transmitidos por aqueles utilizadores através do seu portal Internet e/ou da sua infraestrutura informática.

A CDC obriga-se a notificar o organismo responsável nos termos e prazos previstos no artigo 33º do RGPD, caso tenha conhecimento de qualquer violação de dados pessoais, que provoque de modo acidental ou ilícito, a destruição, perda, alteração, divulgação ou o acesso, não autorizados, a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento.

XI. Medidas de Segurança:

A CDC dispõe de um processo de registo contínuo e atualizado das atividades de tratamento de dados pessoais que realiza.

Mais garante que todos os pedidos que são feitos no website <https://www.caritascoimbra.pt> são seguros, uma vez que utiliza medidas de segurança rigorosas para o efeito, nomeadamente, o uso do eficiente Servidor Socket Layer (SSL).

Com este servidor, qualquer informação que seja introduzida é criptografada antes de ser transmitida, tornando-se bastante improvável que qualquer terceiro aceda à informação transmitida.

Também no sentido de criar um nível de segurança máxima, é possível navegar de forma segura, mediante a verificação da existência na barra de endereço de um ícone (imagem) de um cadeado fechado.

O endereço introduzido deve, também, começar por https, sendo que o “s” indica que se navega numa página segura.

Utilizamos medidas de segurança, incluindo ferramentas de autenticação, para ajudar a proteger e manter a segurança, integridade e disponibilidade dos seus dados pessoais e tomamos as medidas necessárias para garantir o tratamento seguro dos dados pessoais em especial, medidas cautelares para proteger os dados pessoais contra perdas ou abusos, e usamos procedimentos de segurança para evitar acessos não autorizados a esses dados pessoais.

Todos os dados pessoais que recolhermos são armazenados em servidores que oferecem garantias de segurança e submetemos os nossos sistemas e políticas de segurança a análises periódicas de forma a garantir que os dados estão seguros e protegidos.

Respeitamos a confidencialidade da sua informação e não vendemos, distribuimos ou de qualquer outro modo disponibilizamos comercialmente a sua informação a qualquer terceiro pelo que assumimos o compromisso de manter a sua informação confidencial de acordo com a legislação aplicável.



XII. Direitos dos Titulares de Dados:

1) **Direito de Acesso aos Dados:** Tem o direito de saber se os seus dados pessoais são ou não tratados e aceder às informações que sejam tratadas sobre si tais como finalidades do tratamento; categorias dos dados pessoais tratados; se os dados não foram recolhidos junto de si, a origem dos dados se disponível; entidades que atuem em nome e por conta do responsável do tratamento; entidades terceiras a quem os dados sejam comunicados; prazo de conservação dos dados ou critérios usados para fixar o prazo; se os seus dados são sujeitos a decisões automatizadas e se há definição de perfis; se for o caso, qual a lógica subjacente, bem como a importância e as consequências que o tratamento de dados pode ter para si; se os seus dados pessoais são transferidos para países ou organizações internacionais fora do Espaço Económico Europeu, que garantias existem para que os dados pessoais continuem a usufruir de um nível de proteção adequado após a transferência internacional.

2) **Direito de Retificação dos Dados:** Tem o direito de obter a retificação dos seus dados pessoais quando estes estejam inexatos ou desatualizados.

3) **Direito ao Apagamento dos Dados:** Tem o direito de obter o apagamento dos seus dados pessoais apenas nas seguintes circunstâncias: Os dados já não são necessários para atingir o fim para o qual foram recolhidos e não há nenhuma norma legal que imponha a sua conservação por mais tempo; retirou o seu consentimento, no qual se baseava a legitimidade do tratamento; os dados pessoais estão a ser tratados ilicitamente, o que carece de justificação por parte do titular; quando se opôs ao tratamento de dados para fins de marketing, incluindo a definição de perfis que lhe possa estar associada; quando se opôs ao tratamento de dados, nos termos do n.º 1 do artigo 21.º do RGPD, e não existem interesses legítimos prevalecentes do responsável; os dados têm de ser apagados por força de obrigação legal; o consentimento para o tratamento dos dados foi prestado pelos seus representantes legais, ao abrigo do artigo 8.º do RGPD.

- Tem ainda o direito de obter junto dos motores de busca da Internet a desassociação de hiperligações da lista de resultados apresentada após uma pesquisa feita pelo seu nome (de-listing). Essas hiperligações têm de ser individualmente especificadas no pedido.
- Há situações em que o direito ao apagamento dos dados, tal como indicado, pode não se aplicar, designadamente, quando o tratamento de dados seja necessário ao exercício da liberdade de expressão e de informação ou por motivos de interesse público no domínio da saúde ou para efeitos de exercício de um direito num processo judicial.

4) **Direito à Limitação do Tratamento:** É o direito que lhe permite, durante um certo período de tempo, o tratamento de dados fique limitado na sua utilização, isto é, “congelado”, não podendo os dados nomeadamente ser comunicados a terceiros, transferidos internacionalmente, ou apagados.

- Tem o direito de obter a limitação do tratamento de dados nas seguintes situações: Quando contestar a exatidão dos dados até o responsável pelo tratamento verificar a qualidade dos dados; quando se tiver oposto ao tratamento de dados até que estejam verificados que interesses legítimos prevalecem; quando os dados sejam requeridos pelo titular para efeitos de exercício de um direito num processo judicial, mesmo que já não necessários para o responsável pelo tratamento; quando os dados forem tratados ilicitamente e o titular não pretender que sejam apagados, mas antes limitados na sua utilização (até eventualmente acionar a ação judicial contra o responsável pelo tratamento).
- Tem o direito de ser informado pelo responsável pelo tratamento antes de ser anulada a limitação do tratamento que solicitou.
- Quando o tratamento estiver limitado, os dados só podem ser utilizados com o seu consentimento, para efeitos de exercício de direito num processo judicial ou defesa de direitos de pessoa singular ou coletiva ou por motivos ponderosos de interesse público.

5) Direito de Portabilidade dos Dados: É o direito a receber de um responsável pelo tratamento os seus dados pessoais, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e o direito de os transmitir a outro responsável, apenas se o tratamento de dados em causa se basear no consentimento ou num contrato e for realizado por meios automatizados; o direito a que os seus dados sejam transmitidos diretamente entre os responsáveis pelo tratamento, sempre que tal for tecnicamente possível mas abrange apenas os dados fornecidos por si.

6) Direito de Oposição: Tem o direito de se opor, a qualquer momento, ao tratamento dos seus dados pessoais, por motivos relacionados com a sua situação particular, sempre que esteja em causa: um tratamento necessário ao exercício de funções de interesse público ou ao exercício da autoridade pública; a prossecução dos interesses legítimos do responsável ou de terceiro; uma reutilização dos dados para uma finalidade diferente daquela que motivou a sua recolha inicial, incluindo a definição de perfis.

- Nestes casos, o responsável cessa o tratamento, a menos que apresente razões imperiosas e legítimas que prevaleçam sobre os direitos e liberdades do titular, ou para efeitos de exercício de um direito num processo judicial.
- Tem o direito de se opor, a qualquer momento e sem justificação, ao tratamento dos seus dados para fins de marketing direto, incluindo a definição de perfis associada.

7) Direito de retirar o consentimento: Tem o direito de, a qualquer momento, retirar o consentimento que tenha prestado para o tratamento dos seus dados, exceto se existir um fundamento jurídico que exija esse tratamento.



8) Direito de não ficar sujeito a nenhuma decisão tomada exclusivamente com base no tratamento automatizado: tem o direito de não ficar sujeito a nenhuma decisão individual automatizada, isto é, tomadas exclusivamente com base no tratamento automatizado, incluindo a definição de perfis, que produzam efeitos na sua esfera jurídica ou que o afetem significativamente de forma similar. Poderão ser adotadas decisões individuais automatizadas se tais decisões forem necessárias para a celebração ou a execução de um contrato entre o titular dos dados, forem autorizadas por legislação a que a Caritas Diocesana de Coimbra esteja sujeita ou forem baseadas no seu consentimento explícito - Não adotamos decisões individuais automatizadas, ou seja, com efeitos jurídicos ou impactos significativos similares.

9) Direito de Reclamação: Tem ainda o direito de apresentar reclamação junto da Autoridade de Controlo: Comissão Nacional de Proteção de Dados - CNPD - Av. D. Carlos I, 134 - 1.º 1200-651 Lisboa; Tel: 351 213928400, Fax: +351 213976832 e e-mail geral@cnpd.pt ou www.cnpd.pt .

XIII. Exercício dos direitos:

1) Como titular dos dados poderá a todo o tempo, querendo, exercer os seus direitos mediante requerimento enviado para a morada da sede suprarreferida ou para o e-mail dpo@caritascoimbra.pt

2) Deve identificar-se com rigor e poder comprovar a sua identidade quando exerce os seus direitos, mas não tem de fornecer mais dados pessoais do que aqueles que são tratados pelo responsável pelo tratamento - deve conservar prova de que apresentou um pedido de exercício dos seus direitos.

3) A CDC como responsável pelo tratamento facilita o exercício dos direitos, nomeadamente através da disponibilização de formulário próprio para o efeito;

4) O exercício dos direitos é gratuito salvo se os pedidos apresentados por um titular de dados forem manifestamente infundados ou excessivos, nomeadamente devido ao seu carácter repetitivo, em que o responsável pelo tratamento pode exigir o pagamento de uma taxa razoável para cobrir os custos administrativos inerentes ao fornecimento das informações ou da comunicação, ou de tomada das medidas solicitadas ou recusar-se a dar seguimento ao pedido.

5) Situações especiais:

Crianças - o exercício dos direitos em relação a dados pessoais de crianças é concretizado pelos respetivos representantes legais, sem prejuízo da possibilidade de os próprios poderem exercer diretamente, atendendo à sua idade e maturidade e às situações

em que o tratamento de dados já se legitima no consentimento da criança, tal como previsto no artigo 8.º do RGPD e no artigo 16.º da Lei 58/2019, de 8 de agosto;

Pessoas falecidas - o exercício dos direitos em relação a dados pessoais de titulares falecidos, quando estiverem em causa dados sensíveis (n.º 1 do artigo 9.º do RGPD) ou dados que se reportem à intimidade da vida privada, à imagem ou a dados relativos a comunicações, são exercidos por quem tenha sido designado para o efeito pelo titular ou, na sua falta, pelos respetivos herdeiros. Ainda de acordo com o artigo 17.º da Lei 58/2019, de 8 de agosto, o titular pode deixar determinada a impossibilidade de terceiros exercerem direitos sobre os seus dados pessoais após a sua morte;

Corresponsabilidade - o exercício dos direitos em relação a tratamentos de dados pessoais em que haja mais do que um responsável pelo tratamento pode ser concretizado junto de qualquer um dos responsáveis, independentemente do que estiver acordado entre os corresponsáveis.

XIV. Alterações à Política de Privacidade:

A CDC poderá, em qualquer altura, e sem necessidade de aviso prévio, alterar a presente Política de Privacidade e Proteção de Dados, designadamente em virtude de necessidade da sua adaptação a eventuais alterações legislativas ou a recomendações da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Caso tais alterações ocorram, a CDC disponibilizará em área acessível a todos os seus utilizadores as alterações introduzidas.

Coimbra, 04 de novembro de 2024

O Presidente da Direção



Prof. Doutor Manuel de Jesus Antunes